

# DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO OESTE PAULISTA: O TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO PONTAL DO PARANAPANEMA

Fernando Amorim Rosa<sup>1</sup>

Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira<sup>2</sup>

**RESUMO:** A discussão sobre a abordagem territorial do desenvolvimento está presente no âmbito das políticas implementadas pelo, ainda há pouco, chamado Ministério do Desenvolvimento Agrário. Tal discussão também ocupa espaço no meio acadêmico, sendo tratada sob diferentes perspectivas e abordagens teórico-metodológicas. Neste contexto destaca-se o Programa Territórios da Cidadania (PTC). Criado em 2008, o PTC visa a melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a oportunidades de inclusão social e econômica às populações que vivem no interior do País. Observamos, assim, que os objetivos do PTC são justos e urgentes. Diante disso, analisamos em que medida tais políticas e, sobretudo, o PTC têm considerado as diferentes dimensões presentes no território ou se configuram-se apenas como uma nova roupagem para políticas setoriais praticadas no passado. Para tanto, estuda-se o Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema, avaliando como se dá a participação social no Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER), observando a participação dos diferentes atores sociais, assim como as transformações socioespaciais geradas pelo Programa.

**Palavras-chave:** território; políticas públicas; desenvolvimento territorial.

## Introdução

Ao longo de décadas parece ter sido objeto de ações e de discurso de sucessivos governos a busca pelo que se convencionou chamar de desenvolvimento. Muitas vezes inspiradas em modelos externos, sobretudo da Europa, as políticas para o desenvolvimento elaboradas serviram muito mais aos interesses de mercado que para lograr melhorias reais à vida da população.

Tais políticas para o desenvolvimento se mostraram mais uma imposição vertical de determinados modelos ou padrões de acumulação, que uma real demanda da sociedade organizada ou ao menos destoaram do que demandava a sociedade, servindo, assim, para reproduzir modelos de espoliação, competitividade, expropriação e submissão, reforçando ainda mais as desigualdades e acirrando conflitos.

No tocante aos espaços rurais tal processo fica evidente quando observamos o ocorrido na chamada Revolução Verde, que com seus pacotes tecnológicos, melhoramento genético de sementes

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia / Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) / Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Rio Claro – SP.

<sup>2</sup> Professora Doutora do Departamento de Geografia / Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) / Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Rio Claro – SP.

e uso intensivo de insumos, possibilitou a formação dos chamados complexos agroindustriais. Tal processo é fundamental para compreensão do que mais tarde passou-se a denominar de agronegócio.

A tecnificação das atividades agrícolas inicia-se, sobretudo, nas décadas de 60-70 do século XX, no cenário da dita modernização e industrialização brasileira, que tinha no modelo de substituição de importações a base para o desenvolvimento econômico que se buscava. Este processo trazia consigo a carga ideológica de que a modernização do campo viria face à superação das “ultrapassadas” e “arcaicas” relações de produção representadas pela agricultura familiar e camponesa.

Neste contexto, dá-se o que muitos autores comumente chamam de modernização conservadora do campo brasileiro, tendo em vista que esta apenas fez agravar os seculares problemas das desigualdades e concentração fundiária existentes no país.

Mais tarde, com base nesta representação de oposição entre agricultura familiar (atrasada) e agronegócio (moderno), as questões relativas à agricultura familiar passam a ser tratadas no âmbito das responsabilidades do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), enquanto os assuntos relativos ao agronegócio são tratados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Sobre esta divisão Sabourin (2009) aponta que,

Esta medida só fez cristalizar a representação, já bastante presente no âmbito do ministério da agricultura, de uma agricultura dualística: uma agricultura capitalista empreendedora, exportadora, ante uma pequena produção camponesa de subsistência, atrasada.

Desde então, esta visão foi fortalecida por uma oposição cada vez mais radical, institucionalizada no âmbito do Estado e mantida pela mídia, entre uma agricultura capitalista competitiva, proporcionando divisas (qualificada de agronegócio, por referência ao agro-business americano), e uma agricultura familiar improdutiva, associada à reforma agrária e a compensações sociais custosas para o contribuinte (SABOURIN, 2009, p. 40).

Em decorrência da maior atenção por parte do Estado às atividades do chamado agronegócio, com o incentivo à produção de *commodities* em larga escala, priorizando o monocultivo, outras formas de agricultura e outros tipos de agricultores como os familiares, assentados e populações tradicionais tem sua capacidade de trabalho e reprodução social e territorial muitas vezes limitada, forçando tais grupos a buscarem alternativas que garantam a geração de renda para suas famílias, assim, muitas vezes a solução para tais situações é encontrada na migração para as cidades e/ou no desenvolvimento de atividades não agrícolas.

Associado ao êxodo rural e à expulsão/expropriação de pequenos agricultores e comunidades tradicionais, o modelo agroexportador da economia brasileira agrava ainda mais a realidade da grande concentração fundiária que atravança o desenvolvimento do país.

Os processos supracitados estão entre os que ajudam a evidenciar a refuncionalização do espaço agrícola, por meio do aumento da racionalização deste, uma vez que passa a ter forte densidade técnica e normativa, e já evidencia outro processo também bastante significativo associado, qual seja, o de destruição de saberes e fazeres historicamente construídos, porquanto, como a difusão do agronegócio não se dá sobre espaços desocupados, inviabiliza a atividade para milhares de pequenos agricultores, que viviam da subsistência

ou da produção simples de mercadorias. Estes são expropriados ou expulsos, em grande parte, gerando muitos conflitos sociais (ELIAS, 2011, p. 158).

A concentração fundiária e toda a gama de problemas dela decorrentes é, vergonhosamente, traço histórico da realidade agrária do país, sendo denunciada já há mais de meio século na clássica obra de Josué de Castro, “Geografia da Fome”, de 1946. Assim, nas palavras do autor, todo esforço de modernização e dinamização de nossa agricultura tropeça neste arcabouço arcaico da infraestrutura agrária, verdadeira armadura contra o progresso econômico e social do país.

Notamos, então, que, senão toda, ao menos uma atenção especial é dada pelo Estado à agricultura patronal. Tais investimentos se expressam na monotonia das paisagens de amplas áreas rurais dominadas por monocultivos, na diminuição dos empregos no campo, expropriação de comunidades e pequenos agricultores, na perpetuação de vastas áreas improdutivas ou de baixa produtividade, entre outras tantas consequências.

A respeito dos investimentos destinados à agricultura familiar e camponesa e dos valores destinados ao agronegócio, HESPANHOL (2007) nos mostra uma comparação que torna evidente a opção do Estado.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado no ano de 2003, foi ampliado o volume de recursos destinado tanto à agricultura familiar quanto à agricultura empresarial. Na safra 2003-2004, o PRONAF recebeu 4,4 bilhões de reais e o agronegócio, 33 bilhões. Na safra 2004-2005, o PRONAF recebeu 7 bilhões de reais e o agronegócio, 38 bilhões. Para a safra 2005-2006, foram disponibilizados 9 bilhões de reais para o PRONAF e 44 bilhões para o agronegócio (HESPANHOL, 2007, p. 276).

Todavia, mesmo com prioridade dos investimentos ao longo da história sendo dada à agricultura patronal, algumas políticas para a agricultura familiar e camponesa são desenvolvidas<sup>3</sup>.

Tais políticas de desenvolvimento têm passado por diferentes denominações, porém, em sua maioria, apresentam em comum o caráter liberal, buscando a integração do pequeno agricultor ao mercado, aproveitando, para isso, as vantagens competitivas que, sob esta ótica, o recorte local poderia proporcionar.

Na década de 1990 ganha espaço no círculo acadêmico e na elaboração das políticas públicas o discurso advindo do Consenso de Washington que pregava a descentralização das atividades e responsabilidades do Estado, era o chamado desenvolvimento local. Muito se falou em desenvolvimento local até que se chegasse à atual abordagem territorial do desenvolvimento, que, no que diz respeito aos espaços rurais, culmina no Desenvolvimento Territorial Rural.

A discussão sobre a abordagem territorial do desenvolvimento está, atualmente, muito presente no âmbito das políticas elaboradas pelo, ainda há pouco, chamado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio de sua Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT).

---

<sup>3</sup> Um dos exemplos mais ilustrativos que se pode citar é o do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF. Criado em 1996, - em grande medida devido à pressão dos movimentos sociais do campo - o PRONAF é um programa de crédito rural que financia a juros baixos os projetos de agricultores familiares e assentados.

Tal discussão também ocupa espaço importante no meio acadêmico, sendo tratada sob diferentes perspectivas e abordagens teórico-metodológicas.

No âmbito das políticas para o desenvolvimento territorial destaca-se o Programa Territórios da Cidadania. Criado em 2008 pelo MDA/SDT, o Programa visa, a melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a oportunidades de inclusão social e econômica às populações que vivem no interior do País (DECRETO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008).

Observamos, assim, que os objetivos do Programa Territórios da Cidadania são justos e urgentes. Entretanto, uma indagação central nos parece necessária: em que medida o Estado brasileiro que historicamente se colocou a serviço dos grandes proprietários de terras, em detrimento dos pequenos agricultores, camponeses e comunidades tradicionais possui, agora, interesses verdadeiros em construir programas em benefício daqueles que sempre excluiu?

Esta mesma preocupação com a natureza das atuais políticas territoriais pode ser vista em SILVA e BARONE (2013),

Há de se destacar que ao passo que o Brasil vivencia na última década sua “curva de aprendizagem”, com relação a sua experiência na implantação de políticas territoriais, ao mesmo tempo, vivencia a gradual implementação do ajuste neoliberal produzido pelo Consenso de Washington, onde há a emergência de um Estado mínimo, que se isenta progressivamente de seu papel garantidor de direitos, por meio do encolhimento das suas responsabilidades sociais.

Esta tensão presente no interior do Estado Brasileiro necessita ser considerada no estudo das políticas públicas. Identificar a natureza dos projetos financiados e para quais seguimentos da sociedade os recursos públicos estão sendo direcionados, constitui-se em uma forma de mapear no plano Macro qual é a opção política do governo em termos de modelo de desenvolvimento. Ao que tudo indica, o modelo adotado não é o maximizador das responsabilidades sociais (SILVA e BARONE, 2013, p. 2).

Com base no que foi exposto acima e notando o papel de destaque que vem sendo dado às políticas de desenvolvimento rural de enfoque territorial, acreditamos ser de grande importância o estudo de tal temática. Analisando até que ponto tais políticas e, dentre estas o Programa Territórios da Cidadania, tem levado em conta as diferentes dimensões (política, social, econômica e cultural) presentes no território ou se tais políticas são apenas uma nova roupagem para as já conhecidas políticas de caráter setorial e fundo neoliberal praticadas no passado.

### **As Políticas de Desenvolvimento Rural e a Abordagem Territorial**

Durante a década de 1990 ganha corpo no Brasil o discurso neoliberal - derivado do Consenso de Washington - de descentralização das atividades do Estado (discurso do Estado mínimo). Tal discurso influencia profundamente na elaboração das chamadas políticas de desenvolvimento local.

Estas políticas apostavam na dimensão local, na proximidade e organização dos sujeitos, assim como nas características endógenas dos locais para potencializar o empreendedorismo e a organização produtiva de base local para a obtenção de vantagens competitivas mercadológicas.

Nessa perspectiva o território se constitui num trunfo para a expansão da produção de mercadorias que se nutre e deriva da força local (FABRINI, 2011).

O desenvolvimento local expressa essa força do território para a produção de mercadorias. Por isso, nessa perspectiva liberal, o enfoque territorial se casa com a compreensão de corporações capitalistas, governos e partidos neoliberais, órgãos multilaterais, intelectuais e até movimentos sociais (FABRINI, 2011, p. 99).

Com o passar do tempo tal modelo de desenvolvimento não apenas se mostra pouco eficiente na superação das desigualdades sociais e regionais, como na verdade as aprofunda. Baseado na competitividade entre os lugares, acaba privilegiando aqueles em melhores condições de competir, em detrimento dos, por assim dizer, menos competitivos. Assim, tal modelo, na busca por uma inserção mercadológica dos sujeitos baseada na competitividade, gera mais desigualdade, na medida em que lugares e atores mais capitalizados estariam em melhores condições de competir quando comparados aos mais pobres.

Já nos anos 2000, inspiradas, sobretudo, em exemplos europeus, surgem as políticas de desenvolvimento com enfoque territorial.

O desenvolvimento territorial rural se constitui como a mais nova orientação das políticas de desenvolvimento rural. Trata-se de um enfoque que avança no caminho da ênfase espacial que o desenvolvimento ganha, sobretudo, a partir dos anos 1990 e cujo referencial mais importante é o sucedido modelo da Terceira Itália<sup>4</sup> (GÓMEZ, 2007, p.49).

Nos preocupa analisar em que medida as políticas de enfoque territorial desenvolvidas pelo MDA/SDT se diferenciam daquelas praticadas no passado, de caráter setorial e neoliberal. Portanto, a nosso ver, se faz necessário investigar, se o processo de implementação dos Territórios da Cidadania ao unir um grupo de municípios sob um mesmo “Território” leva em consideração as múltiplas dimensões deste, assim como possíveis características comuns dos municípios no que diz respeito a suas relações sociais e processos de produção do espaço, ou se utiliza o conceito apenas de forma conveniente, operacional e instrumentalizada.

Sobre a instrumentalização do conceito de território FERNANDES (2008) nos fala que,

Nas “abordagens territoriais” predominam análises da dimensão econômica e da dimensão social numa acepção de território como uma unidade geográfica determinada, quase sempre como espaço de governança. As definições de “território” por órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios contidos no

---

<sup>4</sup> Neste modelo da Terceira Itália, o território, nas suas múltiplas dimensões (econômica, social, política, cultural, etc.), se revela como elemento essencial para o desenvolvimento: dinâmico, com vocação empreendedora, baseado em pequenos e médios empreendimentos, dotado de uma institucionalidade sensível e preparada para as demandas da iniciativa privada, com uma comunidade coesa e com forte identidade territorial, profunda identidade produtiva, elevada mobilidade social e estreitos contatos com o mercado externo (GÓMEZ, 2007, p.49).

“território” de um determinado projeto de desenvolvimento territorial. Ao se ignorar propositalmente os distintos tipos de território, perde-se a multiescalaridade, porque estes territórios estão organizados em diversas escalas geográficas, desde a local até a internacional. O conceito de território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses de instituições e expressa, então, sua mais cara propriedade: as relações de poder. Por essa razão, parece-nos que a multidimensionalidade, embora presente na significação do conceito de território em muitos artigos e documentos, não se realiza, porque implicaria na socialização das tomadas de decisão (FERNANDES, 2008, p. 278).

No que diz respeito às múltiplas dimensões contidas no território, HAESBAERT (2004) faz o seguinte apontamento.

Entretanto, seja em que sentido for, uma leitura integrada do espaço social é hoje relativamente pouco comum, como se pode depreender das próprias abordagens “unidimensionais” aqui comentadas. Fica evidente neste ponto a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa integração tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade – recebam estes os nomes de fixos e de fluxos, circulação e “iconografias”, ou o que melhor nos aprouver. Tendo como pano de fundo esta noção híbrida (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2004, p. 79).

Observamos, então, que tanto HAESBAERT (2004) quanto FERNANDES (2008) ao tratarem da multidimensionalidade do território recorrem às relações de poder que a permeiam, sejam estas de ordem, política, econômica, cultural ou social. Neste momento, voltamos ao centro das preocupações do presente trabalho que é compreender como estão se dando as relações de poder entre os diferentes sujeitos (e também o Estado) na produção do espaço (e na conversão deste em território, ou não) dentro dos Territórios da Cidadania.

Sobre as relações de poder e o território o geógrafo Claude Raffestin (1993) nos traz importantes contribuições.

O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (...).

Para um marxista o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. O espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, “dado” como se fosse uma matéria prima. Preexiste a qualquer ação. “Local” de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que o ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Notamos, desta forma, a importância que as relações sociais de poder entre os diferentes atores sociais têm na produção do espaço e, a partir deste, do território.

Conforme exposto até o momento, consideramos necessária uma discussão a respeito da forma como estão sendo desenvolvidas as políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no âmbito do Programa Territórios da Cidadania, avaliando em que medida estão sendo levadas em conta as diferentes dimensões do território e se o processo de transferência das tomadas de decisão realmente está dando voz e beneficiando as comunidades envolvidas como um todo ou se este processo tem sido enviesado de modo favorecer grupos de maior poder político e/ou econômico.

## **O Programa Territórios da Cidadania, uma apresentação**

No ano de 2003 é criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Sob as responsabilidades da SDT é implementado, no mesmo ano, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). O PRONAT atua hoje em 164 territórios rurais e abrange um total de 2500 municípios.

O PRONAT objetiva acelerar processos locais e subregionais que ampliem as oportunidades de geração de renda de forma descentralizada e sustentável, articulados a redes de apoio e cooperação solidária (BRASIL, 2013).

As ações desenvolvidas pelo PRONAT baseiam-se diretamente nos colegiados de âmbito territorial, fóruns constituídos em cada território por instituições da sociedade civil e do poder público, responsáveis pelo planejamento territorial, pela articulação institucional, elaboração de propostas e projetos técnicos, acompanhamento e controle social das ações do Programa e de outras políticas públicas que concorrem para o desenvolvimento sustentável dos territórios (BRASIL, 2013). Porém, os resultados das ações de enfoque territorial desenvolvidas no âmbito do PRONAT ainda se mostram tímidos, muito aquém dos objetivos propostos.

Sobre os frutos das ações de perspectiva territorial HESPANHOL (2007) nos fala que,

Apesar da adoção de tal perspectiva, as ações do governo federal na promoção do desenvolvimento dos chamados territórios rurais ainda têm sido inexpressivas. Na verdade, o país continua não dispondo de um programa de desenvolvimento do campo que seja efetivo, no qual constem, claramente, os seus objetivos, o período de implementação, o montante e fonte de recursos necessários para a sua execução, as metas a serem atingidas e os órgãos e autoridades responsáveis por sua implementação (HESPANHOL, 2007, p. 276).

Derivado diretamente do PRONAT, é criado em 2008 o Programa Territórios da Cidadania (PTC). O PTC incorpora os 120 territórios com maior concentração de pobreza rural do total de 164 territórios rurais implementados pelo PRONAT. Sendo que cada um destes territórios agrupa um conjunto de municípios que de acordo com o MDA/SDT (2009) possuem a mesma característica econômica, ambiental, cultural, geográfica e identidade e coesão social. Cabe, portanto, avaliar se tais características realmente podem ser identificadas entre os municípios que compõem cada território.

O PTC abrange 1.852 municípios, com uma população rural total de 13, 1 milhões de pessoas, ou seja, aproximadamente 46% da população rural total do país. Estão incluídas no programa 525 mil famílias assentadas pela reforma agrária, 810 comunidades quilombolas, 210 mil famílias de pescadores e 317 terras indígenas (BRASIL, 2013). Os números mostram a grandeza do Programa e a importância de se estudá-lo.

O Art. 2º do DECRETO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008 nos mostra os objetivos do programa.

Art. 2o O Programa Territórios da Cidadania tem por objetivo promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável que contempla:

I - integração de políticas públicas com base no planejamento territorial;

II - ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos territórios;

III - ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania;

IV - inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais;

V - valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações (DECRETO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008).

Ainda tomando por base o DECRETO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008, o Art. 3º nos fala dos critérios de escolha e priorização dos territórios a serem incorporados pelo PTC.

Art. 3o A escolha e priorização do território a ser incorporado ao Programa Territórios da Cidadania dar-se-ão pela ponderação dos seguintes critérios:

I - estar incorporado ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário;

II - menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH territorial;

III - maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família;

IV - maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária;

V - maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas;

VI - baixo dinamismo econômico, segundo a tipologia das desigualdades regionais constantes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional;

VII - convergência de programas de apoio ao desenvolvimento de distintos níveis de governo;

VIII - maior organização social;

IX - maior concentração de municípios de menor IDEB - Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (DECRETO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008).

O PTC é acompanhado por um Grupo Interministerial de Execução e Acompanhamento, responsável por assegurar a implementação, o monitoramento e a avaliação das ações desenvolvidas no âmbito do Programa. Além do grupo interministerial, o Programa ainda conta com um Comitê

Gestor Nacional, um Comitê de Articulação Estadual e os Colegiados Territoriais. Sobre o papel de cada um destes o documento oficial “Integração de Políticas Públicas para Reduzir Desigualdades” nos faz uma apresentação geral.

O Comitê Gestor Nacional, reúne os Ministérios parceiros do Programa, define os Territórios atendidos, aprova diretrizes, organiza as ações federais e avalia o Programa.

O Comitê de Articulação Estadual, composto pelos órgãos federais que atuam no Estado, pelos órgãos estaduais indicados pelo Governo do Estado e por representantes das prefeituras dos Territórios, apoia a organização dos Territórios, fomenta a articulação e a integração de políticas públicas e acompanha a execução das ações do Programa.

O Colegiado Territorial, composto paritariamente por representantes governamentais e pela sociedade civil organizada em cada Território, é o espaço de discussão, planejamento e execução de ações para o desenvolvimento do Território. Ele define o plano de desenvolvimento do Território, identifica necessidades, pactua a agenda de ações, promove a integração de esforços, discute alternativas para o desenvolvimento do Território e exerce o controle social do Programa (BRASIL, 2009).

Com base no exposto até o momento notamos que o PTC tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável onde a participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia (BRASIL, 2009).

## **O Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema**

O estado de São Paulo abriga três Territórios da Cidadania, sendo eles o Território do Pontal do Paranapanema, o do Sudoeste Paulista e o do Vale do Ribeira. No presente trabalho decidimos por estudar o Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema.

O Território do Pontal do Paranapanema - SP abrange uma área de 18.441,60 Km<sup>2</sup> e é composto por 32 municípios, sendo eles: Caiabu, Indiana, Tarabai, Estrela do Norte, Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiuá, Emilianópolis, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba e Teodoro Sampaio (BRASIL, 2015).

A população total do território é de 583.766 habitantes, dos quais 59.911 vivem na área rural, o que corresponde a 10,26% do total. Possui 12.349 agricultores familiares, 5.853 famílias assentadas. Seu IDH médio é 0,80 (BRASIL, 2015).

A tabela 1 nos mostra a distribuição da população entre área urbana e área rural de cada um dos 32 municípios que compõem o “Território”.

<b><u>Nome do Município</u></b>	<b><u>População Urbana</u></b>	<b><u>População Rural</u></b>	<b><u>População Total</u></b>
<b>Alfredo Marcondes</b>	<b>3.255</b>	<b>636</b>	<b>3.891</b>
<b>Álvares Mchado</b>	<b>21.180</b>	<b>2.326</b>	<b>23.506</b>
<b>Anhumas</b>	<b>3.059</b>	<b>679</b>	<b>3.738</b>
<b>Caiabu</b>	<b>3.315</b>	<b>757</b>	<b>4.072</b>
<b>Caiuá</b>	<b>1.930</b>	<b>3.109</b>	<b>5.039</b>
<b>Emilianópolis</b>	<b>2.497</b>	<b>527</b>	<b>3.024</b>
<b>Estrela do Norte</b>	<b>2.102</b>	<b>559</b>	<b>2.661</b>
<b>Euclides da Cunha Paulista</b>	<b>6.111</b>	<b>3.474</b>	<b>9.585</b>
<b>Iepê</b>	<b>6.775</b>	<b>852</b>	<b>7.627</b>
<b>Indiana</b>	<b>4.126</b>	<b>702</b>	<b>4.828</b>
<b>João Ramalho</b>	<b>3.534</b>	<b>604</b>	<b>4.138</b>
<b>Marabá Paulista</b>	<b>2.142</b>	<b>2.670</b>	<b>4.812</b>
<b>Martinópolis</b>	<b>20.379</b>	<b>3.881</b>	<b>24.260</b>
<b>Mirante do Paranapanema</b>	<b>10.047</b>	<b>7.017</b>	<b>17.064</b>
<b>Nantes</b>	<b>2.431</b>	<b>276</b>	<b>2.707</b>
<b>Narandiba</b>	<b>3,105</b>	<b>1.184</b>	<b>4.289</b>
<b>Piquerobi</b>	<b>2.673</b>	<b>868</b>	<b>3.541</b>
<b>Pirapozinho</b>	<b>23.477</b>	<b>1.241</b>	<b>24.718</b>
<b>Presidente Bernardes</b>	<b>10.473</b>	<b>3.071</b>	<b>13.544</b>
<b>Presidente Epitácio</b>	<b>38.551</b>	<b>2.773</b>	<b>41.324</b>
<b>Presidente Prudente</b>	<b>203.370</b>	<b>4.255</b>	<b>207.625</b>
<b>Presidente Venceslau</b>	<b>36.275</b>	<b>1.640</b>	<b>37.915</b>
<b>Rancharia</b>	<b>25.801</b>	<b>2.972</b>	<b>28.773</b>
<b>Regente Feijó</b>	<b>17.048</b>	<b>1.448</b>	<b>18.496</b>
<b>Ribeirão dos Índios</b>	<b>1.850</b>	<b>337</b>	<b>2.187</b>
<b>Rosana</b>	<b>15.858</b>	<b>3.833</b>	<b>19.691</b>
<b>Sandovalina</b>	<b>2.581</b>	<b>1.118</b>	<b>3.699</b>
<b>Santo Anastácio</b>	<b>19.100</b>	<b>1.398</b>	<b>20.498</b>
<b>Santo Expedito</b>	<b>2.484</b>	<b>322</b>	<b>2.806</b>

<b>Taciba</b>	<b>4.852</b>	<b>862</b>	<b>5.714</b>
<b>Tarabai</b>	<b>6.106</b>	<b>499</b>	<b>6.605</b>
<b>Teodoro Sampaio</b>	<b>17.368</b>	<b>4.021</b>	<b>21.389</b>

Tabela 1. População dos municípios do Pontal do Paranapanema.

Fonte: IBGE/Censo 2010. (Organizado pelo autor).

Para além do considerável número de municípios que compõem o Território do Pontal do Paranapanema, este também apresenta intensa organização social e política, envolvendo diversos movimentos sociais, políticos, ONG's, instituições e poder público na questão da luta pela terra. Sendo que estes diversos agentes, muitas vezes, representam interesses antagônicos.

### **O Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Pontal do Paranapanema – SP**

O Colegiado de Desenvolvimento Territorial constitui-se em um fórum participativo, espaço coletivo de discussão e tomadas de decisão com objetivo principal de construir propostas e traçar estratégias que possibilitem, por meio da organização e participação social, o desenvolvimento do “Território”.

Diferenciando-se do Grupo Gestor Interministerial de Execução e Acompanhamento, do Comitê Gestor Nacional e do Comitê de Articulação Estadual, citados acima, o Colegiado Territorial se caracteriza por ser um espaço ocupado pelos atores sociais presentes no “Território”. Sendo composto por diversas entidades entidade ligadas à sociedade civil e ao poder público.

Dentre as entidades da sociedade civil participantes do Colegiado podemos destacar: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal (COCAMP), Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE) e Comissão Pastoral da Terra. Para além das destacas, participam do Colegiado diversas outras entidades e associações de agricultores de vários assentamentos do “Território”.

Entre as entidades ligadas ao poder público, podemos elencar: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (ITESP), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), entre outras que, até o momento, nos pareceram menos participativas e presentes nas reuniões e demais atividades do Colegiado.

Juntamente com as entidades descritas acima, participam das atividades do Colegiado, por meio de seus representantes, diversas prefeituras dentre os 32 municípios citados, que compõem o “Território”.

## Considerações Finais

Com base no exposto e no que se pôde observar até o momento, nota-se que, dentre toda a estrutura organizacional do Programa Territórios da Cidadania e da própria organização do Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema, o Colegiado de Desenvolvimento Territorial ocupa lugar central na busca por se atingir os objetivos propostos. Entretanto, nos parece necessário haver cautela para que as ações desenvolvidas não sejam enviesadas de modo a atender a interesses de grupos de maior poder político e econômico, situação que poderia levar à descaracterização dos propósitos colocados, não propiciando a participação e atuação igualitária entre os atores sociais.

Acreditamos, portanto, que a importância do Colegiado de Desenvolvimento Territorial pode mesmo extrapolar os limites do Programa, constituindo-se em um espaço de formação e aprendizado que possa potencializar as atividades de outros espaços de organização e participação social ocupados por seus membros em suas comunidades.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DECRETO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008**. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.htm)> Acesso em: 11 set. 2013.
- BRASIL. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável sudoeste paulista (SP)**. Brasília, 2007. Disponível em: [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br) Acesso em: 13 set. 2013.
- CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- ELIAS, D. **Agronegócio e novas regionalizações no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 13. n.2, 2011.
- FABRINI, J. E. **Território, classe e movimentos sociais no campo**. Revista da ANPEGE, 2011. Disponível em: < <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/view/126>> Acesso em: 14 ago. 2013.
- FERNANDES, B. M. **Entrando nos territórios do território**. Presidente Prudente, 2008. Disponível em: < [www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes\\_2008.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf)> Acesso em: 29 ago. 2013.
- GÓMEZ, J. R. M. **Desenvolvimento em (des)construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia**. In: Geografia Agrária: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HESPANHOL, A. N. **O desenvolvimento do campo no Brasil**. In: Geografia Agrária: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- MDA. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br) Acesso em: 30 set. 2013.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo. Ed. Ática, 1993.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SILVA, A.A.; BARONE, L. A. **Compreendendo as políticas territoriais brasileiras**. In: ANAIS DO XIV ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. Lima, Perú, 2013.